



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Avaliação das Políticas de Saúde Mental na Dimensão da Atenção à População em Situação de Rua no Município de Caucaia, Ceará

Autoria: Francisco Anderson Carvalho de Lima (Secretaria da Saúde do Estado do Ceará), Alba Maria Pinho de Carvalho Leila Maria Passos de Souza Bezerra Simara Moreira de Macêdo Fernanda Naiara da Frota Lobato As políticas de saúde mental brasileiras emergiram de um contexto de enfrentamento político à guisa de um processo democrático, ancorado na defesa irrevogável da vida, sob a égide dos movimentos sociais de Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica, na construção e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). A exploração e espoliação das riquezas nacionais, a extenuação das desigualdades sociais e a violência a segmentos vulnerabilizados, circunscrevendo o fenômeno da população em situação de rua, perpassam a história, sendo operadas, no âmbito do Estado brasileiro contemporâneo, por meio do despojamento da proteção social e do desmonte de políticas públicas. Utilizando as políticas públicas de saúde mental como lente e nos inspirando nos parâmetros para análise de políticas de Raul Lejano, lançamos o olhar sobre a ação pública direcionada à população em situação de rua no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, capital do estado do Ceará, no nordeste brasileiro. Apresentamos um recorte desse esforço avaliativo por meio de uma interpretação da cultura, circunscrevendo práticas através do território e da experiência e as reverberações para a análise e avaliação das contingências da ação pública em saúde mental, demarcando os rumos da política nacional e a vivência de como o Estado intervém na realidade de Caucaia, alargando o campo avaliativo por meio do construto da territorialização. Observamos que os agenciamentos da ação pública percorrem um movimento institucional intrínseco às reconfigurações estatais e políticas, considerando o processo brasileiro de redemocratização e os ciclos de ajuste do Estado pautados



na agenda neoliberal, em um modelo rentista-extrativista, imprimindo subjetividades por meio das políticas públicas na emergência de corpos vulnerabilizados no âmbito das práticas e discursos que materializam as políticas de saúde mental.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: